



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Concurso Público

Analista Judiciário - Área Judiciária

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 70 questões assim distribuídas:

Português: questões de n^{os} 01 a 20

Conhecimentos Específicos: questões de n^{os} 21 a 70

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2003

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Não me lembro mais dos protagonistas desta história nem de quem a contou. Data do início dos anos 60, quando começou o cerco americano a Cuba. Embora de personalidades diferentes, Che Guevara e Fidel Castro reinavam na cena política com grande e igual liderança. A curiosidade de uma professora que fora a Cuba para um congresso, sobre como o povo sentia na prática a diferença entre eles, alguém lhe deu esta resposta: "quando Guevara fala, nós nos sentamos para escutá-lo; e quando Fidel fala, nós nos levantamos para fazer o que ele quer".

Na primeira vez em que contei essa história, uma pessoa concluiu: "Sempre achei mesmo que Fidel Castro era melhor". Fidel incitava à ação; Guevara, ao pensar. Esse comentário sempre me remete ao preconceito vigente na cultura ocidental, que opõe o pensar ao agir e o desqualifica. Temos um fascínio pela atividade e pela atividade que fabrica resultados tangíveis. Por isso valorizamos tanto a ciência, uma modalidade de pensar que produz teorias, conceitos, instrumentos, remédios, aparelhos, coisas... Já a reflexão, por ser uma forma de pensamento que não produz nada palpável e porque sua atividade é invisível, não só é tida como fútil, mas também, de certa forma, se tornou incompreensível para nós.

(Adaptado de Dulce Critelli. Com os pés do silêncio, em *outrasidéias, folhaequilíbrio*. Folha de S. Paulo, 14/11/2002)

1. Ao mencionar que Che Guevara e Fidel Castro *reinavam com grande e igual liderança*, a autora
- (A) declara, de maneira inequívoca, sua admiração pelos revolucionários cubanos.
 - (B) justifica seu esquecimento acerca dos protagonistas da história que ouviu.
 - (C) disfarça a dificuldade de lembrar com precisão a época em que ocorreu a história.
 - (D) legitima, de certa maneira, a curiosidade da professora.
 - (E) reforça a informação de que o cerco a Cuba era feito pelos americanos.

2. A autora citou a conclusão a que *uma pessoa* chegou (parágrafo 2)

- (A) para apontar a causa da mudança de seu ponto de vista acerca de Fidel Castro.
- (B) como evidência de que a cultura ocidental valoriza a ação.
- (C) para insinuar que é ato preconceituoso o julgamento de líderes.
- (D) como mera curiosidade acerca das reações à história contada.
- (E) para apoiar seu raciocínio em comentário abalizado, de especialista.

3. Considerando-se as três primeiras frases do parágrafo 2, é correta a seguinte afirmação:

- (A) Em *... e o desqualifica*, o pronome *o* refere-se a *o agir*.
- (B) *Esse comentário* refere-se a *Fidel incitava à ação; Guevara, ao pensar*.
- (C) Em *Guevara, ao pensar*, a vírgula indica supressão de verbo já enunciado.
- (D) O adjetivo *vigente* equivale, no contexto, a "que vigia".
- (E) Em *... que opõe o pensar ao agir*, o pronome *que* substitui *Esse comentário*.

4. *Temos um fascínio pela atividade e pela atividade que fabrica resultados tangíveis. Por isso valorizamos tanto a ciência, uma modalidade de pensar que produz teorias, conceitos, instrumentos, remédios, aparelhos, coisas... Já a reflexão, por ser uma forma de pensamento que não produz nada palpável e porque sua atividade é invisível, não só é tida como fútil, mas também, de certa forma, se tornou incompreensível para nós.*

Examine as afirmações sobre o fragmento transcrito, considerando sempre o contexto.

- I. Ao usar *Temos*, a autora se inclui em comportamento que evita idéias preconcebidas.
- II. Estão em relação de **causa e efeito**, respectivamente, os seguintes fatos: *Temos um fascínio pela atividade que fabrica resultados tangíveis* e *valorizamos tanto a ciência*.
- III. *não só ... mas também* introduzem segmentos caracterizadores de *reflexão*, considerados com o mesmo peso na argumentação.

É correto afirmar SOMENTE

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

<p>5. Está corretamente traduzida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>tida como fútil</i> = dita nociva.</p> <p>(B) <i>incitava à ação</i> = exigia atitudes.</p> <p>(C) <i>me remete a</i> = me submete a.</p> <p>(D) <i>o desqualifica</i> = o elimina.</p> <p>(E) <i>fabrica resultados tangíveis</i> = produz efeitos perceptíveis.</p>	<p>9. A frase totalmente correta quanto ao emprego dos tempos e modos verbais é:</p> <p>(A) É possível que não entendamos o que é parar de raciocinar para refletir, visto que não temos, como os orientais, rituais que nos levem ao silêncio.</p> <p>(B) Se é realmente importante desmistificar certas crenças sobre o pensamento, acho ótimo que reservamos, quando for oportuno, um tempo para falar sobre isso.</p>
<p>6. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>alguém lhe deu essa resposta</i>, obtém-se a forma verbal</p> <p>(A) poderia ter sido dada.</p> <p>(B) havia sido dada.</p> <p>(C) foi dada.</p> <p>(D) dera.</p> <p>(E) dava.</p>	<p>(C) Para se compreender como os orientais entendem a reflexão, basta que eles explicam o que é, segundo sua cultura, a meditação.</p> <p>(D) Nossa sociedade valoriza a ação e seus resultados palpáveis, e isso fará que consideramos muito difícil abrir espaço para a reflexão.</p>
<p>7. A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que tirou do fato. A narradora provocou seus ouvintes com a história, a história tinha um fim imprevisível.</p> <p>Evitando-se as repetições, uma nova redação do texto acima, totalmente correta, é:</p> <p>(A) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que tirou-lhe. Provocou-lhes com a história que o fim era imprevisível.</p> <p>(B) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que lhe tirou. Provocou-os com a história a qual o fim era imprevisível.</p> <p>(C) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que deles tirou. Ela provocou-lhes com a história de que o fim era imprevisível.</p> <p>(D) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões tiradas a eles. Os provocou com a história cujo o fim era imprevisível.</p> <p>(E) A narradora do fato surpreendeu seus ouvintes com as conclusões que dele tirou. Ela os provocou com a história, cujo fim era imprevisível.</p>	<p>(E) Embora um mestre oriental está aqui divulgando sua prática, não há muitos brasileiros interessados em que aprendessem a meditar.</p>
<p>8. A frase redigida de maneira totalmente clara, lógica e correta é:</p> <p>(A) Tratam-se de repensar nossos juízos sobre o pensar científico e sobre reflexão, dado que seus resultados são distintos.</p> <p>(B) As considerações da autora fazem pensar que, apesar dos esquecimentos, a história e seus desdobramentos lhe marcaram significativamente o pensamento.</p> <p>(C) Não basta ser ativo, mas preconceituoso; tem de haver mente aberta ao novo.</p> <p>(D) Em base aos argumentos apresentados, é fácil tanto compreender o fascínio pela atividade que a valorização da ciência.</p> <p>(E) O modo como a autora relacionou as idéias foram bem sucedidas, é onde se vê que ela domina bem o assunto.</p>	<p>10. Considere as frases abaixo.</p> <p>I. O relato da autora foi convincente.</p> <p>II. A autora afirmou que não se lembra de certos aspectos relacionados à história.</p> <p>III. Todos entendemos a conclusão a que a autora chegou.</p> <p>A alternativa que reúne as frases corretamente, do ponto de vista lógico e sintático, é:</p> <p>(A) Todos entendemos a conclusão a que a autora chegou, no entanto seu relato foi convincente, daí ter afirmado que não se lembra de certos aspectos relacionados à história.</p> <p>(B) A autora afirmou que não se lembra de certos aspectos relacionados à história, nem entendemos todos a conclusão a que ela chegou, embora seu relato foi convincente.</p> <p>(C) A autora afirmou que não se lembra de certos aspectos relacionados à história, dado que seu relato foi convincente, por isso todos entendemos a conclusão a que ela chegou.</p> <p>(D) Ainda que a autora tenha afirmado que não se lembra de certos aspectos relacionados à história, seu relato foi convincente, pois todos entendemos a conclusão a que ela chegou.</p> <p>(E) O relato da autora foi convincente, porém todos entendemos a conclusão a que ela chegou, visto que ela afirmou que não se lembra de certos aspectos relacionados à história.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto abaixo.

O direito romano é uma das maiores construções intelectuais da Antigüidade. Se a Grécia nos legou o pensamento político e filosófico, Roma nos transmitiu o direito. Daí dizer-se que Roma foi a "organizadora do direito".

Nos preceitos desse direito, em seus princípios gerais, encontramos as bases de todo o direito moderno, ou, melhor, do direito da civilização ocidental. Daí poder-se dizer que, homens práticos, de negócios, talvez devido ao império que construíram, à necessidade de organizarem os territórios conquistados e de estabelecerem regras para as complexas relações jurídicas que surgiram em virtude da vastidão do Império, os romanos manifestaram seu gênio na jurisprudência. Mas o papel preponderante de Roma se fez sentir mais no direito privado do que no direito público.

O sistema legal romano inicia-se com a Lei das XII Tábuas, mais ou menos em 445 A.C., pois anteriormente o direito tinha um acentuado sentido religioso e ético. A Lei das XII Tábuas marca a secularização do direito, não o tendo inovado, mas, segundo os romanistas, somente sistematizado ou consolidado o direito anterior.

(Adaptado de Paulo Dourado de Gusmão. **Introdução à ciência do direito**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1956, p. 287)

11. Considerando-se os parágrafos 1 e 2, é correta a seguinte afirmação:

- (A) A expressão *ou, melhor* introduz segmento que matiza uma afirmativa anterior.
- (B) A frase inicial do texto apresenta como pressuposto a idéia de que os romanos não têm equivalentes no que se refere à atividade intelectual.
- (C) A relação lógica entre as orações do período iniciado pelo "se" é idêntica à observada em: "Se todo homem é mortal e Pedro é homem, então Pedro é mortal".
- (D) Em *Daí dizer-se que Roma foi a "organizadora do direito"*, está enunciada a causa do fato citado anteriormente sobre Roma.
- (E) No contexto, *em seus princípios gerais* equivale a "até em seus princípios gerais".

12. Considerando as idéias expressas no texto, é correto afirmar que

- (A) a Lei das XII Tábuas é o sistema em que o gênio romano concretiza sua originalidade na criação de leis.
- (B) o sistema do direito ocidental se apóia na doutrina do direito romano, que tornou consistente o conjunto de normas já existentes.
- (C) se excluíram do conjunto de normas estabelecidas pelos romanos as que regulavam a condição civil dos indivíduos e os modos de aquisição e transmissão de seus bens.
- (D) os romanos sistematizaram as normas que, disciplinando as relações dos homens em sociedade, já haviam muito antes se convertido totalmente em instituições legais.
- (E) a secularização do direito teve como conseqüência a renúncia dos preceitos jurídicos a considerações de ordem ética.

13. No parágrafo 2, o autor, usando *talvez*, levanta uma hipótese sobre

- (A) o campo do direito em que os romanos se revelaram geniais.
- (B) os valores morais dos romanos.
- (C) as dimensões do império construído pelos romanos.
- (D) a origem do pragmatismo dos romanos.
- (E) a origem das complexas relações jurídicas que surgiram entre os romanos.

14. Considere as frases abaixo.

- I. Na Roma antiga, antes de assumir seus cargos, os pretores publicavam os editos.
- II. Casos seriam apresentados aos pretores.
- III. Os pretores iriam decidir os casos pelos editos.

O período que reúne essas frases, respeitando a lógica, a concisão e a correção, é:

- (A) Os casos que fossem apresentados aos pretores, na Roma antiga, iriam ser decididos pelos editos, sendo publicados antes deles assumirem seus cargos.
- (B) Na Roma antiga, os pretores, antes de assumir seus cargos, ao publicar os editos, por eles iriam decidir os casos que fossem apresentados a eles.
- (C) Pretores que iam assumir seus cargos publicavam antes na Roma antiga os editos, porque iriam decidir os casos que fossem apresentados a eles baseados naqueles.
- (D) Os pretores, na Roma antiga, iriam decidir os casos apresentados a eles pelos editos, a que seriam publicados por eles antes de assumirem seus cargos.
- (E) Na Roma antiga, antes de assumirem seus cargos, os pretores publicavam os editos, pelos quais decidiriam os casos que viessem a ser-lhes apresentados.

15. A frase totalmente correta quanto à flexão é:
- (A) Os funcionários interviram porque tinham chegado muitos abaixo-assinados sem data.
 - (B) A juíza não foi um algoz, as leis é que prevêm duras penas.
 - (C) Será ruim se o depoimento do testemunha do acidente conter incoerências.
 - (D) O rapaz se atêm a declarar que há muitos maus-entendidos no caso.
 - (E) Se eles se desdizerem, aqueles cidadãos prepotentes terão com que se preocupar.

16. O acento indicativo da crase está corretamente empregado em:
- (A) Entre os romanos, o conceito de "família" chegou à incluir os escravos.
 - (B) É necessário cuidado ao se conferirem certos direitos à jovens imaturos.
 - (C) Certos pretores, à pretexto de melhor julgar, interpretaram o direito constituído.
 - (D) Deve-se a decisão do juiz principalmente às considerações finais do advogado.
 - (E) Aquela orientação diz respeito à questões judiciais envolvendo menores.

17. Considerando-se a norma culta da língua, a frase em que a regência está totalmente adequada é:
- (A) Conciliaram a disponibilidade do depoente com a do advogado.
 - (B) Com a obra de Irnério, o direito romano se espalhou à Europa medieval.
 - (C) Alguns juristas não distinguiram o *jus naturale* ao *jus gentium*.
 - (D) A lei foi ampliada com o objetivo de adequar-se com novas situações.
 - (E) A pena incidia contra dois implicados no crime.

18. A frase totalmente correta quanto à grafia e acentuação é:
- (A) É grande a insidência de casos em que o envovuido perdeu certos privilégios legais.
 - (B) Em meu jornal, veículo as questões que mais provocam litígio no setôr.
 - (C) Apóio a decisão, pois foi nítida a discrepância entre os depoimentos.
 - (D) A excessão foi feita quando o liberaram do contrôle dos prazos processuais.
 - (E) Quando ela fôr se pronunciar, aparecerão as primeiras dissensões entre eles.

19. A frase pontuada corretamente é:
- (A) Nem sempre os pretores eram juristas pois, muitas vezes foram eleitos por, votação popular.
 - (B) Vejamos, agora, um pouco, da história dessa Lei das XII Tábuas.
 - (C) Os romanos estabeleceram: uma classificação dos contratos, que ainda vigora em muitos pontos.
 - (D) Eis aí em poucas palavras, alguns aspectos da jurisprudência romana.
 - (E) No que diz respeito ao direito de obrigações, segundo a opinião tradicional dos romanistas, ele só tardiamente foi constituído.

20. A frase em que a concordância está totalmente de acordo com a norma culta é:
- (A) A juíza reafirmou que deve ser cumpridos todos os prazos, do que dependerá os próximos passos do processo.
 - (B) As decisões de um juiz é passível de revisão, desde que solicitado segundo as normas.
 - (C) Os advogados mais experientes haverão de ser consultados pela família, desde que haja fundos para isso.
 - (D) Dado a importância das revelações feitas pelo rapaz, pode virem a ser imediatamente contestadas pela defesa.
 - (E) Foi solicitado pelo promotor uma séria investigação acerca do fato, mas não está claro as razões do pedido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere o regime da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

21. Faculta-se à Administração Pública revogar uma licitação em curso sempre que
- (A) verificar a ocorrência de ilegalidade no instrumento convocatório.
 - (B) lhe convier, por motivos de conveniência e oportunidade.
 - (C) verificar a ocorrência de ilegalidade em um ou mais atos do procedimento.
 - (D) constatar, para tanto, motivo de interesse público, superveniente ao início do procedimento.
 - (E) verificar o descumprimento das condições do edital pela maioria dos participantes da licitação.

22. A concorrência distingue-se da tomada de preços pelo fato de
- (A) dispensar a publicação de editais, podendo a convocação ser efetuada por meio de instrumentos informais.
 - (B) poder ser aplicável em qualquer caso, independentemente do valor envolvido.
 - (C) exigir condições mínimas para habilitação dos potenciais participantes.
 - (D) ser considerado vencedor aquele participante que oferecer a proposta de melhor preço ou melhor técnica, conforme o critério de julgamento.
 - (E) ser obrigatória para a alienação de bens públicos, móveis e imóveis.

<p>23. Em determinada licitação, um participante impugnou previamente determinada exigência do instrumento convocatório, que considerou abusiva. Desacolhida a impugnação e desejando submeter a questão à autoridade administrativa superior, deverá interpor a medida denominada</p> <p>(A) agravo de instrumento. (B) pedido de reconsideração. (C) recurso. (D) mandado de segurança. (E) representação.</p>	<p>27. Pela teoria dos motivos determinantes,</p> <p>(A) os motivos alegados pela Administração integram a validade do ato e vinculam o agente. (B) todo ato administrativo deve conter motivação. (C) todo ato administrativo deve conter motivo. (D) os objetivos perseguidos pelo ato não precisam decorrer dos motivos alegados. (E) os motivos alegados pela Administração não podem ser apreciados pelo Poder Judiciário.</p>
<p>24. NÃO é hipótese de dispensa de licitação a</p> <p>(A) contratação de prestação de serviços por sociedade de economia mista, com uma de suas subsidiárias. (B) exclusividade do fornecimento dos produtos objeto de licitação. (C) locação de imóvel para instalação de escola pública, em localização privilegiada. (D) compra de bens em caso de guerra ou calamidade pública. (E) intervenção no domínio econômico pela União Federal, para normalização do abastecimento.</p>	<p><u>Atenção:</u> Para responder às questões de números 28 a 34 considere o regime da Lei nº 8.112/90 e suas alterações.</p> <p>28. João ocupa, em caráter efetivo, um cargo de carreira. João tomou posse nesse cargo em 27 de dezembro de 1997 e entrou em exercício em 2 de janeiro de 1998. Em 3 de março de 2002, é publicado um ato de promoção de João. Nessa situação, o tempo de exercício de João</p> <p>(A) não é interrompido ou suspenso com a promoção, sendo contado, no novo posicionamento na carreira, a partir de 3 de março de 2002. (B) é considerado interrompido em 3 de março de 2002. (C) é considerado suspenso em 3 de março de 2002. (D) não é interrompido ou suspenso com a promoção, sendo contado, no novo posicionamento na carreira, a partir de 27 de dezembro de 1997. (E) não é interrompido ou suspenso com a promoção, sendo contado, no novo posicionamento na carreira, a partir de 2 de janeiro de 1998.</p>
<p>25. A inexecução parcial, pelo particular, de um contrato de prestação de serviços à Administração poderá ensejar a</p> <p>(A) rescisão amigável do contrato administrativo, caso em que o particular estará necessariamente isento da aplicação de sanções ou do pagamento de indenização. (B) rescisão unilateral do contrato pela Administração, vedadas a aplicação de sanções ao particular e sua responsabilização por perdas e danos. (C) rescisão do contrato administrativo, que se operará necessariamente pela via judicial, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis pelo juiz e a responsabilização do particular por perdas e danos. (D) aplicação de sanções ao particular pela Administração, não sendo o caso de rescisão do contrato, que apenas se aplicaria na hipótese de inexecução total. (E) rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções ao particular e sua responsabilização por perdas e danos.</p>	<p>29 NÃO constitui causa de vacância do cargo público, nos termos de rol fixado na Lei, a</p> <p>(A) demissão. (B) promoção. (C) nomeação. (D) readaptação. (E) exoneração.</p>
<p>26. É matéria que se encontra excluída da regra geral de auto-executoriedade dos atos administrativos a</p> <p>(A) aplicação de multas pelo descumprimento de posturas edilícias. (B) demissão de servidor público estável. (C) aplicação de sanções pela inexecução de contratos administrativos. (D) cobrança da dívida ativa da União, Estados ou Municípios. (E) tomada de medidas preventivas de polícia administrativa.</p>	<p>30. Pedro e José, servidores, fizeram deslocamentos para fora da sede. O deslocamento de Pedro ocorreu entre Municípios distantes e decorreu de exigência permanente de seu cargo. O deslocamento de José ocorreu entre Municípios limítrofes, dentro de uma mesma região metropolitana, com pernoite fora da sede. Ambos usaram meio de locomoção da Administração. Nesse caso,</p> <p>(A) ambos não têm direito a nenhuma das espécies de indenização fixadas na Lei. (B) ambos têm direito a diárias. (C) ambos têm direito a indenização de transporte. (D) Pedro tem direito a indenização de transporte e José tem direito a diária. (E) Pedro não tem direito a nenhuma das espécies de indenização fixadas na Lei e José tem direito a diária.</p>

<p>31. Um servidor, ocupante de cargo efetivo, no segundo ano do estágio probatório, pede e tem deferida licença para tratar de interesses particulares, por até 3 anos, sem remuneração. O deferimento dessa licença está errado, pois</p> <p>(A) não há previsão dessa licença na Lei. (B) o servidor é ocupante de cargo efetivo. (C) o servidor está em estágio probatório. (D) o prazo máximo dessa licença é de 2 anos. (E) essa licença é remunerada.</p>	<p>36. Dentre as hipóteses em que a Constituição Federal admite a extradição encontra-se a do</p> <p>(A) brasileiro nato, pela prática de crimes contra os direitos humanos. (B) estrangeiro que tenha praticado crime político ou de opinião. (C) brasileiro naturalizado pela prática de crime comum antes ou depois da naturalização. (D) brasileiro naturalizado por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes antes ou depois da naturalização. (E) brasileiro nato, pela prática de tráfico ilícito e internacional de entorpecentes.</p>
<p>32. NÃO é considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) férias. (C) participação em júri. (D) doença profissional. (E) serviço em organismo internacional de que o Brasil participe.</p>	<p>37. A Constituição Federal isenta do pagamento de custas judiciais aquele que, independentemente de sua capacidade financeira, propuser</p> <p>(A) ação popular, salvo se comprovada a má-fé. (B) mandado de segurança individual, salvo se impetrado por pessoa jurídica. (C) mandado de injunção, salvo para suprir omissão relativa às liberdades constitucionais. (D) mandado de segurança coletivo. (E) <i>habeas data</i>, salvo se impetrado por pessoa jurídica.</p>
<p>33. Em matéria de responsabilidade civil do servidor público, a obrigação de reparar o dano</p> <p>(A) se estende aos sucessores, integralmente, tendo o servidor agido com culpa ou com dolo. (B) não se estende aos sucessores. (C) se estende aos sucessores, integralmente, apenas se o servidor tiver agido com dolo. (D) se estende aos sucessores, até o limite do valor da herança, tendo o servidor agido com culpa ou com dolo. (E) se estende aos sucessores, até o limite do valor da herança, apenas se o servidor tiver agido com dolo.</p>	<p>38. Carlos do Nascimento consultou um advogado para orientá-lo sobre seu direito a pleitear judicialmente valores a título de 13º salário e de adicional por trabalho noturno, relativos ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 1999, quando exerceu o cargo de empregado doméstico. Considerando que a relação de emprego encerrou-se em dezembro de 1999, o advogado de Carlos deverá informá-lo que, conforme a Constituição Federal, o empregado doméstico</p> <p>(A) tem direito ao adicional por trabalho noturno e ao 13º salário e que a ação para a cobrança desses créditos prescreverá em 2004. (B) não tem direito ao adicional por trabalho noturno e que a ação para cobrança de valores a título de 13º salário prescreveu em 2001. (C) não tem direito ao adicional por trabalho noturno e que a ação para cobrança de valores a título de 13º salário prescreverá em 2003. (D) tem direito ao adicional por trabalho noturno e ao 13º salário, mas que a ação para cobrança desses créditos prescreveu em 2001. (E) tem direito ao adicional por trabalho noturno e ao 13º salário e que a ação para cobrança desses créditos prescreverá em 2003.</p>
<p>34. São penalidades administrativas aplicáveis aos servidores públicos, dentre outras,</p> <p>(A) exoneração e multa. (B) multa e cassação de aposentadoria. (C) suspensão e prisão. (D) exoneração e suspensão. (E) prisão e cassação de aposentadoria.</p>	
<p>35. A empresa Três Irmãos Ltda. requereu a expedição de certidão junto ao Tribunal Regional do Trabalho em que constassem informações relativas a processo em que figura como Ré. Entretanto, passado o prazo legal, a autoridade competente não a forneceu. Diante disso, para a defesa de seu direito à obtenção da certidão, a empresa referida poderá</p> <p>(A) ajuizar ação popular contra a omissão da autoridade pública competente. (B) impetrar mandado de segurança coletivo. (C) impetrar mandado de segurança. (D) impetrar <i>habeas data</i>. (E) ajuizar ação civil pública contra a omissão da autoridade pública competente.</p>	

<p>39. A Constituição Federal permite ao brasileiro naturalizado ocupar, dentre outros, cargo</p> <p>(A) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) de Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) de Presidente do Senado Federal.</p> <p>(D) de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) da carreira diplomática.</p>	<p>42. Após 10 anos de efetivo exercício no cargo de auxiliar administrativo, João Pereira aposentou-se percebendo proventos proporcionais. Dois anos após, o cargo de auxiliar administrativo foi transformado em auxiliar de escritório, tendo havido aumento da remuneração para os servidores que ocupavam o cargo. Considerando essa situação, é correto dizer que os proventos da aposentadoria de João</p> <p>(A) deverão permanecer os mesmos, vez que João exerceu o cargo de auxiliar administrativo apenas por 10 anos.</p> <p>(B) sofrerão o mesmo acréscimo concedido aos servidores em atividade.</p> <p>(C) deverão permanecer os mesmos, vez que João não se aposentou com proventos integrais.</p> <p>(D) deverão permanecer os mesmos, vez que os inativos não têm direito a perceber os aumentos concedidos aos servidores em atividade quando decorrentes de transformação de cargo.</p> <p>(E) sofrerão um acréscimo de 50% em relação ao aumento concedido para os servidores em atividade.</p>
<p>40. A legislação sobre direito do trabalho compete,</p> <p>(A) privativamente, à União Federal, podendo lei complementar delegar esta matéria aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.</p> <p>(B) concorrentemente, à União Federal, aos Estados-membros e ao Distrito Federal.</p> <p>(C) concorrentemente, à União Federal, aos Estados-membros e ao Distrito Federal, cabendo aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.</p> <p>(D) privativamente, à União Federal, vedada a delegação desta matéria aos Estados-membros.</p> <p>(E) privativamente, à União Federal, podendo lei complementar delegar questões específicas desta matéria aos Estados-membros.</p>	<p>43. O Presidente da República editou medida provisória reduzindo a jornada de trabalho de determinada categoria profissional, que somente foi convertida em lei pelo Congresso Nacional após 70 dias. Considerando que o prazo original de vigência da medida provisória foi prorrogado, é correto dizer que a lei de conversão é</p> <p>(A) constitucional, porque a matéria pode ser objeto de medida provisória e a conversão em lei ocorreu na prorrogação do prazo constitucional de 40 dias.</p> <p>(B) inconstitucional, porque a matéria não poderia ter sido objeto de medida provisória e a conversão em lei ocorreu a destempo.</p> <p>(C) inconstitucional, porque somente emenda constitucional poderia versar sobre a matéria e a conversão em lei deveria ter ocorrido no prazo improrrogável de 30 dias.</p> <p>(D) inconstitucional, porque, apesar de ser permitido medida provisória legislar sobre a matéria, a conversão em lei deveria ter ocorrido no prazo de 30 dias, permitida uma prorrogação por igual período.</p> <p>(E) constitucional, porque a matéria pode ser objeto de medida provisória e a conversão em lei ocorreu na prorrogação do prazo constitucional de 60 dias.</p>
<p>41. Determinada Prefeitura promoveu a realização de concurso público, com prazo de validade de 2 anos, para preenchimento de dez vagas de médico, para contratação pelo regime celetista. Na ocasião, foram preenchidas apenas oito vagas, apesar de haver mais cinco candidatos aprovados que não foram convocados. Passado um ano e meio, a mesma Prefeitura promoveu novo concurso para preenchimento das duas vagas restantes de médico. Diante dessa situação, é correto dizer que</p> <p>(A) o segundo concurso é válido, mas os aprovados no primeiro concurso deverão ser convocados com prioridade sobre os novos concursados.</p> <p>(B) os concursos foram realizados sem base constitucional, vez que não se tratava de preencher cargos efetivos.</p> <p>(C) o segundo concurso é nulo, vez que os aprovados no primeiro deveriam ter sido convocados para preencher as duas vagas restantes antes que se realizasse um novo concurso.</p> <p>(D) o segundo concurso é ineficaz, vez que os aprovados no primeiro deveriam ter sido convocados para preencher as duas vagas restantes antes que se realizasse um novo concurso.</p> <p>(E) o segundo concurso é válido, podendo ser convocados, de imediato, a critério da administração, os aprovados neste concurso.</p>	<p>44. Dentre as competências do Supremo Tribunal Federal, encontra-se a de julgar, originariamente, a ação</p> <p>(A) direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de emendas constitucionais em face da Constituição Federal.</p> <p>(B) declaratória de constitucionalidade de constituições estaduais em face da Constituição Federal.</p> <p>(C) direta de inconstitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal.</p> <p>(D) declaratória de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal.</p> <p>(E) declaratória de constitucionalidade de leis estaduais em face da Constituição Federal.</p>

<p>45. Dentre as competências da Justiça do Trabalho, encontra-se a de julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores,</p> <p>(A) exceto aqueles envolvendo entes de direito público externo.</p> <p>(B) exceto aqueles envolvendo entidades da administração pública direta federal, estadual e municipal.</p> <p>(C) exceto aqueles envolvendo fundações públicas federais, estaduais e municipais.</p> <p>(D) inclusive aqueles envolvendo sociedades de economia mista, empresas públicas e autarquias federais, estaduais e municipais.</p> <p>(E) exceto aqueles envolvendo entes da administração pública direta estadual e municipal.</p>	<p>48. A ação, conceituada como direito público subjetivo abstrato, apresenta as seguintes condições:</p> <p>(A) a capacidade de estar em juízo, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.</p> <p>(B) a possibilidade jurídica do pedido, a capacidade de ser parte e a legitimação para a causa.</p> <p>(C) a legitimação para a causa, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir.</p> <p>(D) o interesse de agir, a legitimação para a causa e a legitimação para o processo.</p> <p>(E) a legitimação para o processo, a capacidade de ser parte e a capacidade de estar em juízo.</p>
<p>46. O Presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei criando novos cargos de juiz junto aos Tribunais Regionais do Trabalho. O projeto foi aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado e promulgado pelo Presidente da República. Posteriormente, foi ajuizada, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade contra a lei criadora dos novos cargos de juiz. Considerando essa situação, é correto dizer que a ação deverá ser julgada</p> <p>(A) improcedente, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, vez que a iniciativa legislativa sobre a matéria é concorrente entre o Presidente da República e o Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) procedente, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, vez que a iniciativa legislativa sobre a matéria cabe a este Tribunal.</p> <p>(C) procedente, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, vez que a iniciativa legislativa sobre a matéria cabe ao Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) procedente, pelo voto da maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal, vez que a iniciativa legislativa sobre a matéria cabe à Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) improcedente, pelo voto da maioria simples dos membros do Supremo Tribunal Federal, vez que a iniciativa legislativa sobre a matéria cabe ao Presidente da República.</p>	<p>49. A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder</p> <p>(A) um ano.</p> <p>(B) trinta dias.</p> <p>(C) noventa dias.</p> <p>(D) sessenta dias.</p> <p>(E) seis meses.</p>
<p>47. No Brasil a jurisdição é</p> <p>(A) declinável.</p> <p>(B) una.</p> <p>(C) evitável.</p> <p>(D) divisível.</p> <p>(E) delegável.</p>	<p>50. No procedimento ordinário, a resposta do réu, segundo o Código de Processo Civil, abrange a</p> <p>(A) contestação, a impugnação ao valor da causa e as exceções.</p> <p>(B) contestação, as exceções e a reconvenção.</p> <p>(C) ação declaratória incidental, a contestação e a reconvenção.</p> <p>(D) contestação, as exceções e os embargos do devedor.</p> <p>(E) contestação, o pedido de reconsideração e as exceções.</p> <p>51. A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária,</p> <p>(A) desde que decorrido o prazo para interposição de recurso.</p> <p>(B) se houver concordância do devedor.</p> <p>(C) pendente arresto de bens do devedor.</p> <p>(D) somente se previsto expressamente na sentença.</p> <p>(E) desde que convenionado pelas partes em contrato.</p> <p>52. Da decisão que, em execução fiscal, rejeitar liminarmente os embargos do executado, caberá</p> <p>(A) agravo de instrumento.</p> <p>(B) agravo retido.</p> <p>(C) recurso especial.</p> <p>(D) apelação.</p> <p>(E) recurso ordinário.</p>

<p>53. Verificada a revelia, não serão reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor na petição inicial se</p> <p>(A) a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considera indispensável à prova do ato.</p> <p>(B) o litígio versar exclusivamente sobre direitos disponíveis.</p> <p>(C) havendo pluralidade de réus todos contestarem fora do prazo previsto em lei.</p> <p>(D) o autor houver requerido, na petição inicial, a produção de provas em audiência.</p> <p>(E) a contestação tiver sido apresentada intempestivamente, mas houver pedido de realização de provas orais.</p>	<p>57. NÃO se verifica sucessão de empresas em caso de</p> <p>(A) encampação de estabelecimento industrial por outro.</p> <p>(B) substituição de arrendatário na exploração do mesmo serviço.</p> <p>(C) aquisição parcial do acervo da massa falida.</p> <p>(D) fusão de dois estabelecimentos comerciais, dando origem a um terceiro.</p> <p>(E) substituição de concessionário de serviço público.</p>
<p>54. Nas execuções das obrigações de fazer e de não fazer o juiz não pode determinar</p> <p>(A) prazo para cumprir a obrigação.</p> <p>(B) indenização.</p> <p>(C) multa.</p> <p>(D) penhora.</p> <p>(E) citação.</p>	<p>58. A ação trabalhista, cujo objeto é a anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social para fins de contagem de tempo de serviço,</p> <p>(A) é imprescritível.</p> <p>(B) prescreve em 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(C) prescreve em 2 (dois) anos para o trabalhador urbano e 5 (cinco) anos para o trabalhador rural.</p> <p>(D) prescreve em 5 (cinco) anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(E) prescreve em 5 (cinco) anos, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho.</p>
<p>55. No procedimento ordinário, se o litígio versar sobre direitos disponíveis, do mandado de citação que o oficial de justiça tiver de cumprir deverá constar</p> <p>(A) a advertência que, sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo juiz, como verdadeiros, os fatos articulados pelo réu.</p> <p>(B) a assinatura do oficial de justiça e a declaração que o subscreve por ordem do juiz.</p> <p>(C) o dia, hora e lugar das audiências de conciliação e de instrução.</p> <p>(D) o prazo para apresentação da ação declaratória incidental e da reconvenção.</p> <p>(E) a cópia do despacho, a cominação, se houver, e o prazo para a defesa.</p>	<p>59. Sobrevindo a falência de uma empresa, os direitos de seus empregados</p> <p>(A) subsistirão apenas os relativos aos salários.</p> <p>(B) não subsistirão.</p> <p>(C) não subsistirão, mas será devida uma indenização.</p> <p>(D) subsistirão, constituindo créditos privilegiados.</p> <p>(E) subsistirão, mas não constituirão créditos privilegiados.</p>
<p>56. O processo será extinto com julgamento do mérito ocorrendo</p> <p>(A) transação.</p> <p>(B) abandono do processo.</p> <p>(C) perempção.</p> <p>(D) ausência das condições da ação.</p> <p>(E) litispendência.</p>	<p>60. Uma vez fornecido pelo empregador, constitui salário <i>in natura</i></p> <p>(A) habitação decorrente do contrato de trabalho ou do costume.</p> <p>(B) vestuário utilizado no local de trabalho para a prestação de serviços.</p> <p>(C) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.</p> <p>(D) assistência médica prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.</p> <p>(E) seguro de vida e de acidentes pessoais.</p> <p>61. Pode o empregado ser transferido para localidade diversa da que resultar do contrato de trabalho,</p> <p>(A) entre Municípios do mesmo Estado e mediante o pagamento de um adicional de 25%.</p> <p>(B) mediante o pagamento das despesas resultantes da sua transferência, além do adicional de 25%, desnecessária qualquer anuência.</p> <p>(C) mediante o pagamento das despesas resultantes da transferência.</p> <p>(D) com a sua anuência e mediante o pagamento de um adicional de 25%, somente.</p> <p>(E) com a sua anuência, o pagamento das despesas resultantes da transferência, além do adicional de 25%.</p>

<p>62. Tendo celebrado contrato de experiência de 90 dias, uma empregada, ao término do contrato, ajuizou reclamação trabalhista postulando sua reintegração ao emprego, sob a alegação de encontrar-se grávida. De acordo com as disposições legais aplicáveis,</p> <p>(A) a empregada será portadora de estabilidade provisória somente se o empregador tiver conhecimento da gestação antes do término do contrato.</p> <p>(B) o contrato de experiência não assegura a estabilidade provisória à gestante.</p> <p>(C) a empregada é portadora de estabilidade provisória por 8 semanas após o parto.</p> <p>(D) a empregada é portadora de estabilidade provisória por 120 dias após o parto.</p> <p>(E) a empregada é portadora de estabilidade provisória por 5 meses após o parto.</p>	<p>65. Um reclamante postulou o pagamento de férias vencidas. Contestando o pedido, a empresa apresentou os respectivos recibos de pagamento. Na teoria do ônus da prova, trata-se de fato</p> <p>(A) modificativo do direito do autor.</p> <p>(B) extintivo do direito do autor.</p> <p>(C) constitutivo do direito do autor.</p> <p>(D) impeditivo do direito do autor.</p> <p>(E) notório que independe de prova.</p>
<p>63. Empregado comissionista admitido em 18 de março de 2002, que trabalha habitualmente 2 (duas) horas extras por semana e que recebeu prêmio semestral por produção, receberá, a título de gratificação natalina</p> <p>(A) $\frac{10}{12}$ da média anual de salários, consideradas as horas extras e o prêmio semestral.</p> <p>(B) $\frac{10}{12}$ da remuneração recebida no mês de dezembro.</p> <p>(C) $\frac{9}{12}$ da média anual de salários, consideradas as horas extras e o prêmio semestral.</p> <p>(D) $\frac{9}{12}$ da remuneração recebida no mês de dezembro acrescida da média das horas extras.</p> <p>(E) $\frac{9}{12}$ da remuneração recebida no mês de dezembro.</p>	<p>66. Nas causas trabalhistas, suspende o feito a exceção de:</p> <p>(A) inexistência de vínculo de emprego.</p> <p>(B) ilegitimidade de parte.</p> <p>(C) suspeição do Juiz.</p> <p>(D) coisa julgada.</p> <p>(E) litispendência.</p>
<p>64. Tendo pré-avisado um empregado, o empregador reconsiderou o ato antes de seu termo. Nesta hipótese</p> <p>(A) aceita a reconsideração, será celebrado um novo contrato de trabalho.</p> <p>(B) o contrato continuará automaticamente a vigorar, como se o aviso não tivesse existido.</p> <p>(C) a reconsideração não é possível, pois a rescisão se torna efetiva no momento em que é dado o aviso prévio.</p> <p>(D) havendo reconsideração por parte do empregador, é desnecessária a concordância do empregado.</p> <p>(E) é facultado ao empregado aceitar ou não a reconsideração.</p>	<p>67. São características do procedimento sumaríssimo, entre outras, o valor da ação não excedente de</p> <p>(A) 40 salários mínimos e número máximo de 2 (duas) testemunhas para cada parte.</p> <p>(B) 40 salários mínimos e número máximo de 1 (uma) testemunha para cada parte.</p> <p>(C) 30 salários mínimos e número máximo de 2 (duas) testemunhas para cada parte.</p> <p>(D) 20 salários mínimos e número máximo de 2 (duas) testemunhas para cada parte.</p> <p>(E) 20 salários mínimos e número máximo de 1 (uma) testemunha para cada parte.</p> <p>68. É hipótese de nulidade da sentença a</p> <p>(A) falta de fixação do valor das custas.</p> <p>(B) existência de erro de digitação.</p> <p>(C) existência de erro de cálculo.</p> <p>(D) omissão quanto aos recolhimentos fiscais.</p> <p>(E) falta de fundamentação.</p> <p>69. O prazo para interposição de Embargos à Execução é de</p> <p>(A) 8 (oito) dias a partir da citação para pagamento.</p> <p>(B) 8 (oito) dias a partir da garantia da execução.</p> <p>(C) 5 (cinco) dias a partir da homologação dos cálculos de liquidação.</p> <p>(D) 5 (cinco) dias a partir da citação para pagamento.</p> <p>(E) 5 (cinco) dias a partir da garantia da execução.</p> <p>70. O recurso cabível da decisão que julga improcedentes os Embargos de Terceiro ajuizados para desconstituir penhora é o</p> <p>(A) Agravo Regimental.</p> <p>(B) Recurso Ordinário.</p> <p>(C) Agravo de Petição.</p> <p>(D) Recurso de Revista.</p> <p>(E) Agravo de Instrumento.</p>